

Agora é tomar as ruas para cobrar o plebiscito oficial para Constituinte



A primeira etapa foi nas ruas. Entre os dias 1º e 7 de setembro deste ano, 477 organizações, dentre elas o Sindicato dos Bancários do Pará, trabalharam em todo o país para arrecadar votos no Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. Mais de 7,5 milhões disseram “sim” à convocação da consulta.

A segunda, em Brasília, nos dias 14 e 15 de outubro, quando a CUT e os parceiros que integram a campanha apresentaram à então candidata Dilma Rousseff, ao presidente da Câmara, deputado Henrique Alves (PMDB-RN), ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e ao Supremo Tribunal Federal o resultado do plebiscito.

A terceira e mais difícil começa agora. Após a consulta simbólica, os movimentos pressionarão o Congresso Nacional para que convoque a oficial.

A organização do plebiscito definiu também que irá aprofundar o debate nas regiões por meio de audiências públicas nas assembleias legislativas e câmaras municipais, entre os dias 9 e 15 de novembro, quando a campanha completa um ano.

O objetivo é fazer com que o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 1508/2014, protocolado no dia 30/10 pelos deputados federais Renato Simões (PT-SP) e Luiza Erundina (PSB-SP), seja aprovado na Câmara. O texto agora segue para a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

O texto com a assinatura de 185 deputados, 15 acima do mínimo exigido, estabelece o prazo de até dois anos para a convocação do plebiscito, após a aprovação do projeto.

Da mesma forma que na etapa simbólica a consulta oficial traria uma única pergunta: “Você é a favor de uma Assembleia Nacional Exclusiva e Soberana sobre o Sistema Político?”. Caso o sim vença, o PDL determina que o Tribunal Superior Eleitoral chame uma Assembleia Constituinte eleita exclusivamente para discutir mudanças no sistema político.

Plebiscito ou referendo? - A mídia, que ignorou a campanha, agora tenta fazer uma falsa polarização entre referendo e plebiscito, após a presidenta Dilma reafirmar a defesa do plebiscito depois da vitória nas urnas.

O plebiscito é uma consulta popular em que o povo determina o que o Congresso vai fazer. No referendo, o Congresso decide e depois submete ao povo o resultado da sua decisão. Todas as constituintes tiveram como traço comum, a exclusão do povo no processo de decisão, e não é isso que queremos. “Acreditamos que o Congresso atual e o eleito não irão legislar contra os próprios interesses e, por isso, defendemos a formação de uma Constituinte exclusivamente eleita para debater esse tema”, afirma a presidenta do Sindicato, Rosalina Amorim.

No TST, Sindicato ganha mais uma sobre o **Plano de Funções** do Banco do Brasil

O Banco do Brasil ingressou com Ação Cautelar Inominada no Tribunal Superior do Trabalho pleiteando, em caráter de tutela antecipada, a suspensão da liminar concedida na Justiça do Trabalho da 8ª Região e confirmada no Tribunal Regional do Trabalho. O Tribunal Superior negou a tutela, entendendo que o pedido não merecia atendimento excepcional.

“O Sindicato segue em todas as frentes contra a decisão da direção do Banco do Brasil que penaliza os funcionários, seja quando pretende reduzir o salário, seja quando não nomeia para as vagas existentes, permitindo o surgimento de claros e de desvio de função em série, sobrecarregando os trabalhadores nas unidades, visto que, em nenhum momento a decisão da justiça proíbe o Banco do Brasil de nomear, sendo esta uma decisão administrativa e unilateral da empresa”, afirma a presidenta do Sindicato dos Bancários do Pará, Rosalina Amorim.

Resumo do caso - O Sindicato dos Bancários do Pará ingressou com Ação Civil Pública contra o Plano de Funções, ação esta tombada sob o nº000.0195-63.2013.5.08.0007 e em trâmite na 7ª Vara do Trabalho de Belém, tendo como principal pedido a modificação do Plano de funções, no sentido de reduzir a jornada do funcionário sem que haja a redução do seu salário, além de proibir a obrigação dos funcionários em assinar o termo de compromisso.

A entidade teve seu pleito atendido em primeira instância e a decisão foi mantida no Tribunal, inclusive, as decisões deveriam ter sido cumpridas imediatamente. O banco nunca se conformou com a tutela antecipada conseguida e tentou diversas manobras jurídicas para suspender a antecipação dos efeitos da tutela, através de mandado de segurança, ação



cautelar inominada e Correição Parcial. Perdeu em todos os casos.

O banco segue recorrendo contra a decisão que, no mérito, reconheceu a procedência dos pleitos do sindicato. Para tanto interpôs Recurso de Revista para o TST (ao qual foi negado seguimento) e Agravo de Instrumento em Recurso de Revista. Como os recursos não suspendem os efeitos da tutela, o banco interpôs no TST Ação Cautelar, com pedido de tutela antecipada, para suspender a decisão principal. O TST entendeu que o pedido só pode ser apreciado após a contestação do sindicato.

Por ter o seu pedido negado, mais uma vez, o banco interpôs outro recurso, que está pendente de julgamento. O sindicato já está se manifestando no processo, contra o banco, no sentido de manter os seus pedidos e indeferir o da empresa.

Sindicato denuncia **condições de trabalho** na Caixa, em Breves



A certidão do habite-se é um documento que atesta que o imóvel foi construído seguindo-se as exigências (legislação local) estabelecidas pela prefeitura para a aprovação de projetos, mas segundo denúncias recebidas pelo Sindicato, a agência da Caixa em Breves, na Ilha do Marajó, não possui esse documento desde 2012.

E os problemas na unidade vão além. Registros fotográficos mostram rachaduras nas paredes, no forro de gesso, goteiras, infiltrações que molham documentos e inclusive os próprios bancários que precisam driblar

as goteiras para poder trabalhar. Alagamentos também seriam frequentes após chuvas fortes no município, sendo necessários baldes para recolher a água acumulada.

Os graves problemas teriam levado o Corpo de Bombeiros a inspecionar o local e alertar os responsáveis pela agência sobre a necessidade de interdição do prédio. A própria gerência de logística da Caixa também já teria atestado a necessidade de mudança de imóvel.

Preocupado com a segurança dos bancários, clientes e usuários, o Sindicato já encaminhou ofício à Superintendência Regional do Trabalho relatando os problemas com as fotos em anexo, o mesmo documento também foi enviado à superintendência do banco em Belém e uma reunião já foi solicitada para discutir o assunto.

“Com os devidos cumprimentos, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Pará, vem alertar sobre o risco aos empregados, clientes e usuários da agência Breves/PA em decorrência de problemas estruturais no prédio onde funciona a agência, além da insalubridade que já é cotidiana (...) Solicitamos que a situação exposta seja verificada urgentemente”, diz o ofício.

O Sindicato ainda aguarda resposta da Caixa.

Vitória: Sindicato derruba na justiça a Lateralidade no Banco da Amazônia

O Sindicato dos Bancários do Pará conseguiu mais uma importante vitória jurídica em favor dos empregados e empregadas do Banco da Amazônia. Em julgamento ocorrido no dia 28/10, a Justiça do Trabalho reconheceu a ilegalidade da chamada Lateralidade do Banco da Amazônia.

Como é de conhecimento da categoria, no mês de março de 2013 o Banco da Amazônia implementou a chamada política da lateralidade. Na prática, a empresa passou a não mais pagar as substituições decorrentes de afastamento temporário de seus funcionários, passando a existir a figura do lateral: funcionário ocupante de função comissionada similar que responderia por suas atribuições regulares e pelas atribuições do funcionário que precisou se ausentar do serviço, sem receber qualquer valor pelo acúmulo de funções.

A intenção declarada da empresa era aumentar lucros e deixar de pagar os direitos trabalhistas devidos.

Não podendo se conformar com essa situação, o Sindicato ajuizou Ação Civil Pública, ainda no mês de março do ano passado, tentando fazer cessar essa lesão aos direitos dos empregados e empregadas do Banco da Amazônia. O processo foi autuado sob o número 0000298-49.2013.5.08.0014.

A sentença de primeiro grau julgou o processo improcedente. Contra esta decisão o sindicato recorreu, sendo vitorioso em seu recurso, tendo a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho decidido pela procedência da ação, restando declarada a ilegalidade da chamada lateralidade.

Na prática a decisão obriga o Banco da Amazônia a pagar todas as substituições, ainda que feitas por "lateral". Ressaltamos que o pagamento das substituições já feitas ocorrerá após o fim do processo. Contudo, consi-



derando que houve antecipação de tutela, as substituições que ocorrerem após a intimação do banco deverão ser pagas em contracheque e de forma imediata.

A decisão ainda se encontra dependente de recurso por parte do banco, mas nosso Sindicato estará vigilante para atuar em defesa dos direitos da categoria.

Mais uma vez o Sindicato consegue, através da justiça, derrubar uma ilegalidade praticada pelo Banco da Amazônia, pois além da Lateralidade, já tínhamos conseguido na esfera judicial a garantia do direito do descanso de 15 minutos dos empregados do Banco da Amazônia dentro da jornada de 6 horas da categoria, além de derrotar o NP118, o BS60, garantir o pagamento de 1/3 de Férias, o piso salarial dos engenheiros, dentre outras vitórias que demonstram que as medidas de gestão da atual diretoria do banco, que é temerária, autoritária, que não negocia, e demonstra estar na contramão da garantia dos direitos dos trabalhadores.

Seguiremos firmes na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e contra as arbitrariedades e tentativas de retirada de direitos da categoria, seja no Banco da Amazônia ou em qualquer outra instituição bancária.

Sindicato solicita manual de procedimento do ponto eletrônico do Banpará



Através de ofício enviado no dia 30/10, o Sindicato dos Bancários do Pará solicitou ao Banpará, o manual de procedimento do ponto eletrônico da instituição para conhecimento, no estágio em que o mesmo esteja, tendo em vista que o mesmo está previsto para começar a funcionar no próximo dia 20 de novembro de 2014.

Além disso, a entidade sindical também solicitou que o banco marque uma data para explanação às entidades sobre o ponto eletrônico, e sugeriu os próximos dias 11 ou 12 de novembro para que esta reunião ocorra.

“O ponto eletrônico é uma conquista da luta do funcionalismo do Banpará, e este deverá ser implementado pelo banco ainda este ano. Aguardamos a resposta do Banpará para a reunião que solicitamos e esperamos que todos os procedimentos para pôr o ponto eletrônico em prática já estejam encaminhados”, afirma a presidenta do Sindicato, Rosalina Amorim.

Bradesco lucra R\$ 11,2 bilhões até setembro, mas corta 1.640 empregos

Mesmo obtendo um lucro líquido ajustado de R\$ 11,227 bilhões nos primeiros nove meses de 2014, um crescimento de 24,7% em relação ao mesmo período do ano passado, o Bradesco cortou 1.640 empregos, o que é totalmente injustificável.

A redução de postos de trabalho mostra que o banco anda na contramão da economia brasileira que entre janeiro e setembro deste ano gerou 904.913 novos empregos com carteira assinada.

Se forem comparados os últimos 12 meses, o banco promoveu o fechamento de 2.561 vagas. Assim, o número de empregados da holding em setembro de 2014 caiu para 98.849 ante 101.410 em setembro de 2013, o que representa uma queda de 2,5%, segundo análise da Subseção do Dieese da Contraf-CUT com base no balanço do Bradesco, divulgado nesta quinta-feira (30).

Menos agências e PAs, mais correspondentes - O banco também fechou as portas de 38 agências e 263 postos de atendimento (PAs) nos últimos 12 meses, sendo 15 agências e 89 PAs entre janeiro e setembro de 2014.

Ao mesmo tempo, a terceirização se intensificou através da ampliação das unidades do Bradesco Expresso. O número desses correspondentes bancários cresceu em 3.406 dependências, dos quais 2.156 somente este ano, totalizando 49.020 em setembro.

Mais operações de crédito - As operações de crédito cresceram 7,7% em 12 meses, atingindo um montante de R\$ 442,2 bilhões. As operações com pessoas físicas evoluíram 8,6% em relação a setembro de 2013, chegando a R\$ 138 bilhões, o que representa 31% do



total das operações de crédito.

Já as operações com pessoas jurídicas alcançaram R\$ 306,2 bilhões, com elevação de 7,2% em comparação ao 1º trimestre de 2013, totalizando 69% do total do crédito.

“Com a margem de lucro atual, nada justifica as demissões no Bradesco, isso é inadmissível. Queremos o fim das demissões, da rotatividade e do corte de empregos. O banco tem que fazer mais contratações e melhorar as condições de trabalho. Isso é fundamental, inclusive, para o crescimento econômico do país”, afirma o diretor de bancos privados do Sindicato e funcionário do Bradesco, Saulo Araújo.

Em negociação, entidades sindicais conseguem proposta de aditivo do HSBC



Em negociação ocorrida no dia 29/10 com a Contraf-CUT, federações e sindicatos, em São Paulo, o HSBC apresentou uma minuta para a construção de um acordo coletivo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Os dirigentes sindicais ficaram de analisar a redação proposta.

O principal objetivo dos bancários é assegurar a inclusão de todos os direitos e das conquistas dos funcionários no aditivo, pois, após anos e anos de luta, eles ainda se encontram listados em normativos internos do banco. A preocupação é evitar que haja descumprimento ou mudanças unilaterais.

Uma questão divergente é a inclusão na minuta de alguns temas, que na avaliação dos representantes dos bancários precisam ser debatidos separadamente, como o sistema de controle do ponto eletrônico e a instalação de Comissão de Conciliação Voluntária (CCV).

Após os debates, a Contraf-CUT ficou de finalizar a análise da minuta de aditivo dentro de 15 dias, formulando sugestões e inclusões a serem debatidas na próxima reunião, que deve acontecer em novembro.

Os dirigentes sindicais enfatizaram também que é importante o diálogo do HSBC com o movimento sindical para encontrar saídas para diversos problemas, como a criação de uma mesa permanente de saúde, entre outros temas. “A efetivação do diálogo é fundamental para resolver as demandas dos funcionários”, afirma a diretora do Sindicato e funcionária do HSBC, Eliana Lima.